

## PARECER TÉCNICO

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 1206/1982/2015	
Divisão: DGER/FEAM	
Mat. 11/12/15	Visto: <i>dm</i>



Empreendedor: VALE S/A

Empreendimento: Unidade Industrial

Atividade: Lavra a céu aberto sem tratamento ou com tratamento a seco - minério de ferro

CNPJ: 33.592.510/0037-65

DNPM: 3.138/35; 839/66; 7.855/57

Endereço: Rodovia BR-040, km 543

Município: Nova Lima

Referência: RECURSO DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 2.324/2005

Infração: Grave

DN	Código	Classe	Porte
74/2004	A-02-03-8	5	G

A Rio Verde Mineração S/A, atual Vale S/A, foi autuada por meio do Auto de Infração nº 2.324, em 11-05-2005 por "emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental em desacordo com o estabelecido nas deliberações normativas" em decorrência da vistoria realizada nas suas dependências, em 02-05-2005, quando se verificou na frente de lavra, na sequência da cava 3 e 4, onde operava uma retroescavadeira, havia um "banheiro a céu aberto", contrariando a legislação ambiental.

Em decorrência da autuação, em 25-04-2007, o empreendimento foi apenado com a multa no valor de R\$ 42.564,00 (multa aplicada no máximo e em dobro em razão de reincidência específica em infração gravíssima).

Recorrendo da penalidade, protocolou o Pedido de Reconsideração em 29-06-2007 que foi indeferido em 05-11-2010, sendo mantida a referida multa.

Em vista disto, o empreendimento protocolou tempestivamente Recurso da multa referente ao Auto de Infração nº 2.324/2005, onde reapresenta, *ipsis litteris*, as alegações feitas quando da fase do pedido de reconsideração. Em síntese:

- Ausência de comprovação da motivação da lavratura do auto de infração;
- Comprovação ostensiva das instalações sanitárias existentes atenderem aos funcionários, inclusive terceirizados;
- Cerceamento do direito de ampla defesa por constar no parecer técnico da fase de defesa (PT DIMIM nº 091/2006) o art. 2º da Lei Estadual nº 7.772/1980 fundamentando a autuação, diferentemente do fundamento expresso no AI nº 2.324/2005, item 4, § 2º, do art. 19º do Decreto nº 39.424/1998, que regulamenta a referida lei;
- Tipificação errônea da autuação.

Ainda em relação ao recurso, na impossibilidade de deferimento, o empreendimento requer a aplicação dos atenuantes sobre o valor-base da multa, nos termos do art. 68º do Decreto nº 44.844/2008, tendo em vista que "adotou medidas imediatas para sanar a situação adversa constatada" contratando a locação de banheiros químicos instalados em "outras áreas da empresa".

Pelo exposto, verifica-se que o empreendimento, em seu recurso, não apresentou nenhum fato novo que ensejasse a modificação do entendimento da decisão indeferitória do pedido de reconsideração, mesmo porque não conseguiu provar, novamente, sequer e sem sombra de dúvida, que o uso do "banheiro a céu aberto" foi um caso fortuito, prática esta que, se não forem tomadas as respectivas medidas de controle, resulta sabidamente em degradação ambiental.

Diante do exposto, este parecer sugere o indeferimento do Recurso apresentado, ouvida a Procuradoria da FEAM no que concerne ao requerimento feito pelo empreendimento quanto à redução em 50% do valor da multa, bem como ao cerceamento do direito de ampla defesa da mineração, alegação esta que já havia sido objeto de deliberação nas fases anteriores de julgamento da autuação - defesa e pedido de reconsideração da penalidade.

Autora: Liliana Adriana Nappi Mateus Analista Ambiental - MASP 1.156.189-1	Assinatura: <i>Liliana Nappi Mateus</i> Data: 11, 12, 15
De acordo: Renato Teixeira Brandão Diretora de Gestão de Resíduos - MASP 1.154.844-3	Assinatura: <i>Renato Teixeira Brandão</i> Data: 14, 12, 15

Renato Teixeira Brandão  
Diretor de Gestão de Resíduos  
MASP 1.154.844-3



**Autuado:** Rio Verde Mineração S/A – Vale S/A

**Referência:** Recurso relativo ao Auto de Infração nº 2324/2005, infração grave.

### **PARECER JURÍDICO**

#### **1) RELATÓRIO**

A sociedade anônima em epígrafe foi autuada como incurso no artigo 19, §2º, item 4, do Decreto nº 39.424/1998, pelo cometimento da seguinte irregularidade:

*“Na frente de lavra, segundo informado sequência da cava 3 e 4, especificamente onde a retro-escavadeira Fiatallis nº 809 está em operação, foi verificado ‘banheiro a céu aberto’, o que é uma não conformidade perante a deliberação normativa.*

*Ressalta-se que não foi encontrado em campo os banhos químicos e ou fossas sépticas necessárias ao controle ambiental de tal não conformidade.”*

A autuada apresentou defesa tempestiva e o Presidente da FEAM decidiu, em 25/04/2007, aplicar a penalidade de multa simples, no valor de R\$ 42.564,00 (quarenta e dois mil, quinhentos e sessenta e quatro reais).

Regularmente notificada, a Autuada apresentou tempestivamente Pedido de Reconsideração, que foi indeferido em decisão de 05/11/2010.

Inconformada com a decisão, apresentou a Autuada o presente recurso, tempestivamente, em 04/05/2011, no qual alegou, em suma, que:

- o motorista envolvido nos fatos relatados no auto de fiscalização seria prestador de serviços e não funcionário da Recorrente;
- o fiscal do órgão ambiental não teria estado no local para constatar se o motorista, de fato, utilizou o “banheiro a céu aberto”, nem haveria prova nos autos;
- o empreendimento contaria com infraestrutura sanitária não somente na área de escritório, mas nas áreas de operações de campo;
- a Recorrente contratou a empresa LOCBAN para locação e manutenção de banheiros químicos em áreas menos aglomeradas somente para atendimento à orientação do técnico da FEAM, já que afirma ser suficiente a estrutura de instalações sanitárias disponíveis no empreendimento;



- teria ocorrido cerceamento de defesa por não ter identificado a norma a que se referiu o fiscal ao descrever a irregularidade "*foi verificado banheiro a céu aberto, o que é uma não conformidade perante a Deliberação Normativa*" e também por não constar como fundamento legal do auto o art. 2º, da Lei Estadual nº 7772/1980, citado no PT DIMIM 091/2006;

- haveria erro na tipificação da infração, já que não foi constatada emissão ou lançamento de resíduos sólidos causadores de degradação ambiental;

- haveria vício quanto ao motivo do ato administrativo, já que a alegação de existência de 'banheiro a céu aberto' seria baseada em mera suposição;

- deveria ser aplicado o princípio *in dubio pro reu* já que as informações do Relatório de Vistoria e Auto de Infração não se prestariam a sustentar a condenação da Recorrente;

- deveriam incidir as atenuantes do artigo 68, I, "a" e "b", do Decreto nº 44.844/2008.

Requeru a Recorrente a nulidade do auto de infração ou a redução do valor da multa em 50% (cinquenta por cento).

É o breve relatório.

## II) FUNDAMENTAÇÃO

Os argumentos trazidos no recurso não são hábeis a nulificar o auto de infração. Senão vejamos.

Alegou a Recorrente, inicialmente, que o motorista envolvido nos fatos não seria empregado, mas prestador de serviços e que não teria sido comprovada pelo fiscal a utilização do "banheiro a céu aberto", por não ter estado no local.

Tais alegações, por serem absurdas, não podem ser acatadas, com o devido respeito. A uma porque não é fato relevante o motorista ser empregado ou prestador de serviços, trata-se de um ser humano que ofertava naquela frente de lavra sua força de trabalho à Recorrente, em troca de remuneração. Desta forma, pouco importa a existência do vínculo trabalhista. E a duas porque o que o fiscal do órgão ambiental provou foi a inexistência de instalação sanitária disponível na frente de lavra, sequência da Cava 3 e 4. Cogitar a Recorrente da necessidade de o fiscal se dirigir ao local utilizado pelo trabalhador para efetiva comprovação do lançamento dos seus dejetos, como pressuposto para configuração da infração administrativa, beira a completa insensatez.

Ora, o fiscal atestou que inexistiam na frente de lavra os banheiros químicos, o que levou o motorista a se utilizar do dito "banheiro a céu aberto", situação por





certo extremamente constrangedora para aquele e outros trabalhadores no empreendimento. Evidentemente, se não havia disponibilidade de banheiros para os trabalhadores daquela frente de lavra, ocorreu a emissão ou lançamento de efluentes, infração prevista no artigo 19, §2º, 4, do Decreto nº 39.424/98. Diante de tal constatação, inexistência da instalação sanitária em locais específicos do empreendimento, o fiscal recomendou à Recorrente que disponibilizasse tal equipamento, conforme descreve no Relatório:

*"- A empresa deve instalar cabines sanitárias nos locais onde há aglomeração de caminhões, surgindo filas, tais como frentes de lavra em operação, pilhas de estêreis, carregamento".*

Nesse sentido, ponderou ainda o fiscal, no Parecer Técnico DIMIM nº 091/2006, fls. 28, que a equipe técnica, agindo de forma preventiva, autuou, fundamentada no disposto no artigo 2º, I e II, da Lei nº 7.772/1980, *que não poderiam ser excluídas as possibilidades de contaminação do solo e do lençol freático, além da indispensável responsabilidade da empresa na condução de políticas socioambientais.*

A Recorrente sustentou que teria sido distorcida sua conduta em contratar serviços da LOCBAN para fornecimento e manutenção de banheiros químicos em pontos estratégicos, já que o fez somente para atender a solicitação do técnico desta casa, por compreender como satisfatória a estrutura sanitária existente no empreendimento. No entanto, conforme já salientado nos Pareceres Técnicos e Jurídicos precedentes, tal recomendação configurou medida imperiosa, de escopo preventivo, já que não existiam os banheiros nas áreas estratégicas acima descritas e o fato de ter sido cumprida somente reforça a sua indispensabilidade e utilidade, ainda que contrária às considerações da Recorrente.

No que respeita à afirmação da Recorrente de que teria havido cerceamento de defesa ante a não especificação da deliberação normativa no auto de infração e a menção no parecer técnico de dispositivo não explicitado no auto de infração, não deve ser acolhida. Também não deve ser acolhido o argumento de que a expressão "banheiro a céu aberto" teria produzido cerceamento de defesa.

Conforme já devidamente esclarecido nos pareceres técnico e jurídico, a Lei nº 7.772/1980 era regulamentada pelo Decreto nº 39.424/98 e isso não gerou, de modo algum, cerceamento da defesa para a Recorrente, mormente porque a regra citada no parecer técnico (art. 2º, da Lei nº 7.772/80) somente conceitua a poluição e degradação ambiental e estabelece as hipóteses de configuração. Não são procedentes, também, as alegações da Recorrente de que a ausência de





menção da deliberação normativa infringida e a dificuldade de compreender o que seria "banheiro a céu aberto" teriam provocado o cerceamento de defesa, pela evidente clareza dos apontamentos do Relatório de Vistoria e Auto de Infração. Por outro lado, como já relatado nos pareceres técnico e jurídico anteriores, o artigo 19, §2º, 4, do decreto que fundamentou a autuação mencionava, de forma genérica os termos "Deliberações Normativas" no sentido de normas de cumprimento obrigatório: *emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas.*

Observo, ainda, que todos os requisitos de validade do auto de infração, especificados no artigo 24, do Decreto nº 39.424/98, foram devidamente atendidos na lavratura do AI 2324/2005, não se vislumbrando qualquer obstáculo ao exercício do pleno direito de defesa, tampouco vício capaz de provocar sua nulidade, como pretendeu a Recorrente ao sustentar a existência de erro de tipo e vício quanto ao motivo.

Noto que o tipo infracional do artigo 19, §2º, 4, do Decreto nº 39.424/98 não pressupõe a poluição ou degradação, mas o lançamento de efluentes ou resíduos capazes de causá-las, que, no caso em apreço, já foi abordado no parecer técnico. Ademais, competia à própria Recorrente evidenciar a inocorrência de poluição/degradação e a não lesividade de sua conduta, em decorrência da inversão do ônus da prova em matéria ambiental, o que não se pode constatar nos autos deste processo. É esse o entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, em virtude do princípio da precaução, expresso nos julgados abaixo transcritos:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL.  
DIREITO CIVIL E DIREITO AMBIENTAL. USINA HIDRELÉTRICA.  
CONSTRUÇÃO. PRODUÇÃO PESQUEIRA. REDUÇÃO.  
RESPONSABILIDADE OBJETIVA. DANO INCONTESTE. NEXO  
CAUSAL. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. INVERSÃO DO ÔNUS DA  
PROVA. CABIMENTO. PRECEDENTES. INOVAÇÃO EM RECURSO  
ESPECIAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A Lei nº 6.938/1981 adotou a sistemática da responsabilidade objetiva, que foi integralmente recepcionada pela ordem jurídica atual, de sorte que é irrelevante, na espécie, a discussão da conduta do agente (culpa ou dolo) para atribuição do dever de reparação do dano causado, que, no caso, é inconteste.

2. O princípio da precaução, aplicável à hipótese, pressupõe a inversão do ônus probatório, transferindo para a concessionária o encargo de provar que





sua conduta não ensejou riscos para o meio ambiente e, por consequência, para os pescadores da região.

3. Não há inovação em recurso especial se, ainda que sucintamente, a matéria foi debatida no tribunal de origem.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg. No AREsp 183202/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Boas Cueva, Terceira Turma, julg. 10/11/2015, DJe 13/11/2015)

**DANO. MEIO AMBIENTE. PROVA. INVERSÃO.**

Constatada a relação interdisciplinar entre as normas de proteção ao consumidor e as de defesa dos direitos coletivos nas ações civis por danos ambientais, o caráter público e coletivo do bem jurídico tutelado (e não a hipossuficiência do autor da demanda em relação ao réu) impõe a extensão de algumas regras de proteção dos direitos do consumidor ao autor daquela ação, pois ao final busca-se resguardar (e muitas vezes reparar) patrimônio público de uso coletivo. Dessa forma, a aplicação do princípio da precaução pressupõe a inversão do ônus probatório: compete a quem se imputa a pecha de ser, supostamente, o promotor do dano ambiental a comprovação de que não o causou ou de que não é potencialmente lesiva a substância lançada no ambiente. Por ser coerente com essa posição, é direito subjetivo do infrator a realização de perícia para comprovar a ineficácia poluente de sua conduta, não se mostrando suficientes para tomar essa prova prescindível simples informações obtidas em site da Internet. A perícia é sempre necessária quando a prova do fato depender de conhecimento técnico e se recomenda ainda mais na seara ambiental, visto a complexidade do bioma. Precedente citado: REsp 1.049.822-RS, DJe 18/5/2009. REsp 1.060.753-SP, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 1º/12/2009.

Finalmente, não se constatou a possibilidade de incidência das atenuantes levantadas pela Recorrente sobre o valor-base da multa à época da lavratura do auto e da elaboração do parecer técnico e, neste momento, não há comprovação nos autos que autorizasse a sua aplicação. E quanto à redução de 50% (cinquenta por cento) do valor da multa, não será concedida, por inexistência de amparo legal.

Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar a infração prevista no artigo 19, §2º, 4, do Decreto nº 39.424/98, esta Procuradoria recomenda o indeferimento do presente Recurso e a consequente manutenção da penalidade de multa imposta.

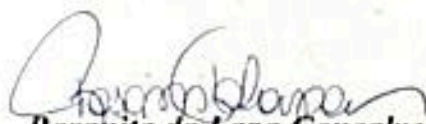


### **III) CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o **indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa.**

É o parecer.

Belo Horizonte, 20 de julho de 2016.



**Rosanilda da Lapa Gonçalves Arruda**  
**Procuradoria da FEAM**

**Analista Ambiental – MASP 1059325-9**